

IPRS versão 2010 Índice Paulista de Responsabilidade Social

Principais Resultados

Em 2000, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo solicitou à Fundação Seade a construção de indicadores que expressassem o grau de desenvolvimento social e econômico dos municípios paulistas. Com esse objetivo, foi criado o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, que se consolida a cada nova edição como ferramenta para identificação do perfil dos municípios paulistas, projetando, ainda, a visão da região administrativa onde estão inseridos e sua posição em relação ao desempenho médio do Estado. Tal indicador acompanha o paradigma do desenvolvimento humano, que considera necessário levar em conta as condições de longevidade e escolaridade da população, associadas à situação da renda.

As potencialidades do IPRS ultrapassam seu papel como instrumento de análise da evolução e da atual situação socioeconômica do Estado de São Paulo e de seus municípios. Seja sob a ótica regional, seja pela perspectiva municipal, o IPRS, ao padronizar as informações socioeconômicas disponíveis e construir um sistema de indicadores consistente e frequentemente atualizado, permite às administrações municipais identificar seus pontos fortes e seus problemas, confrontando-se com municípios semelhantes.

A busca de soluções por meio de parcerias regionais ou da adoção de práticas bem-sucedidas em municípios bem posicionados no IPRS, além de uma competição saudável por melhorar as condições de vida de suas populações, constitui resultado esperado desse trabalho que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e a Fundação Seade têm desenvolvido nos últimos anos.

Apresentam-se aqui os primeiros resultados do IPRS-2010, cujo ano de referência dos dados é 2008, correspondente à sexta edição desse sistema de indicadores. Por fim, dando continuidade à tradição iniciada na edição anterior, disponibiliza-se uma série de informações complementares relativas ao arcabouço institucional e às ações municipais voltadas para assistência à pessoa com deficiência.

O que é o IPRS

O IPRS é composto de quatro indicadores: três sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais de um município em termos de renda, escolaridade e longevidade, permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada Grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los.

Municípios Paulistas, segundo Grupos do IPRS

Grupos	Características
Grupo 1	Reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. Em 2008, os 61 municípios que compunham esse grupo abrigavam 20 milhões de pessoas, ou cerca de 50% da população estadual, sendo o maior dos cinco grupos em população. Dos dez maiores municípios paulistas, sete faziam parte deste grupo (São Paulo, Osasco, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos), além de importantes polos regionais, como São José do Rio Preto, Taubaté, Araraquara e Bauru.
Grupo 2	Engloba localidades com bons níveis de riqueza, que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados pelos municípios pertencentes ao Grupo 1. Entre 2006 e 2008, aumentou de 78 para 83 o número de municípios classificados nesse grupo. Tal fato decorreu da relativa estabilidade, no período, do indicador de longevidade nos municípios que o compõem, quando comparados com os demais municípios do Estado. Em 2008, essas cidades representavam 28% da população estadual, totalizando mais de 11 milhões de habitantes. Campinas é o maior município que compõe esse grupo.
Grupo 3	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores de escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, englobava 183 localidades, totalizando uma população de 3,2 milhões de pessoas em 2008 (ou quase 10% da população estadual), o que equivale à média de 18 mil habitantes por município. Em 2008, apenas 12 deles possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Franca, Marília, Jaú, Poá e Birigui abrigavam população superior a 100 mil pessoas.
Grupo 4	Com 204 municípios e 4,3 milhões de habitantes, em 2008, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Compõe-se por vários municípios dispersos em quase todas as regiões do Estado, com destaque para as Regiões Administrativas de Presidente Prudente, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto e Sorocaba.
Grupo 5	Composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Este grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Em 2008, englobava 114 municípios, com população total de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, situando-se em áreas bem específicas do Estado.

O IPRS no Estado de São Paulo: os grupos no território estadual

A heterogeneidade econômica e social existente entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, em 2008, manteve-se no mesmo padrão espacial de 2006:

Grupo 1: municípios localizados principalmente nos dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no Município de São Paulo.

Grupo 2: municípios situados nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno (Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba), sendo que aproximadamente um quarto localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo. Tal como nas edições anteriores, identificam-se, nesse grupo, três importantes subconjuntos: municípios industriais, como Cubatão, Diadema, Suzano, Sumaré, Mauá, São Bernardo do Campo e Guarulhos, localizados em regiões metropolitanas; municípios que abrigam condomínios de alto padrão, como Cotia e Santana de Parnaíba; e municípios turísticos, tais como Guarujá, São Vicente, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse grupo, destaca-se ainda o município de Campinas.

Grupo 3: municípios localizados no noroeste paulista, especialmente nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Barretos, de pequeno porte populacional e com baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores sociais. Praticamente inexistente esse tipo de município nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Grupo 4: embora não haja um claro padrão espacial, os municípios desse grupo – presentes em praticamente todas as regiões do interior do Estado –, aparecem com maior intensidade na região centro-oeste.

Grupo 5: municípios que se concentram nas tradicionais áreas deprimidas do Estado: Vale do Ribeira e região de Itapeva, além da periferia da Região Metropolitana de Campinas, São José dos Campos, Bauru e Franca.

Destacam-se positivamente as regiões de Barretos, Central e Santos, que não comportam nenhum município classificado nesse grupo.

No conjunto dos grupos do IPRS, observa-se um processo de “periferização” na Região Metropolitana de Campinas, com a segmentação dos municípios entre os grupos 1, 2 e 5.

O IPRS e suas dimensões: evolução no período 2006 a 2008 no Estado e nas Regiões Administrativas

Longevidade

- O indicador no Estado aumentou um ponto em relação ao de 2006, ao atingir escore igual a 73 em 2008. Esse resultado expressa a redução da mortalidade infantil, que vem ocorrendo de forma contínua no Estado há pelo menos duas décadas, e o decréscimo da mortalidade adulta, nos últimos anos.
- As Regiões Administrativas de Campinas e Araçatuba registraram aumento de dois pontos no indicador e avançaram posições no *ranking* de longevidade, com Campinas passando a ocupar a 3ª posição e Araçatuba, a 11ª. A Região Metropolitana de São Paulo, que acrescentou um ponto no indicador, também ganhou posições, situando-se em 4º lugar. São José do Rio Preto manteve-se em primeiro lugar nesse *ranking* e a Região Metropolitana da Baixada Santista, apesar de aumentar dois pontos no indicador, permaneceu na última posição.

Escolaridade

- O aumento no Estado, nesta dimensão, foi mais acentuado do que na longevidade – três pontos – e decorrente principalmente da ampliação da conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos (77,5%). Sobressai, ainda, a educação infantil, particularmente a pré-escola, que já atinge 82% das crianças de 5 e 6 anos.
- As RAs de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente permaneceram nas três primeiras posições. As regiões com os maiores crescimentos foram Franca, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Registro.

Riqueza

- O indicador melhorou três pontos em relação a 2006, passando de 55 para 58. Nesse período, todos os componentes do indicador de riqueza municipal apresentaram aumento. Destacam o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário da economia e o residencial, com crescimento de 8% e 6%, respectivamente.
- O *ranking* desta dimensão permaneceu praticamente inalterado entre as regiões administrativas. A Região Metropolitana da Baixada Santista manteve-se em primeiro lugar, seguida pela Região Metropolitana de São Paulo e as RAs de São José dos Campos, Campinas e Ribeirão Preto. A principal mudança foi o ganho de duas posições pela Região Administrativa de Barretos, que passou a ocupar a sexta posição.

30 Melhores Municípios, por Dimensões do IPRS Estado de São Paulo – 2008

	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
1	São Sebastião	Nova Canaã Paulista	São Caetano do Sul
2	Barueri	Parisi	Holambra
3	Bertioga	Nova Castilho	Poloni
4	Santana de Parnaíba	Emilianópolis	Nhandeara
5	Guarujá	Ribeirão dos Índios	Auriflama
6	Vinhedo	Cássia dos Coqueiros	Santa Rita d'Oeste
7	Santos	Dolcinópolis	Águas de São Pedro
8	Ilhabela	Óleo	Valinhos
9	São Caetano do Sul	São João de Iracema	Pedrinhas Paulista
10	Paulínia	Santa Rita d'Oeste	Urupês
11	Ibiúna	Piquerobi	Americana
12	Campos do Jordão	Embaúba	Adamantina
13	São Paulo	Caiuá	Jundiaí
14	São Bernardo do Campo	São João do Pau d'Alho	Tupi Paulista
15	Louveira	Trabiju	Rincão
16	Cotia	Rubinéia	Santa Adélia
17	Itu	Oscar Bressane	Dirce Reis
18	Praia Grande	Narandiba	Alumínio
19	Alumínio	Aspásia	Vitória Brasil
20	Jaguariúna	Mirante do Paranapanema	Estrela d'Oeste
21	Valinhos	São Luís do Paraitinga	Dolcinópolis
22	Ubatuba	Alfredo Marcondes	Iepê
23	Araçatiguama	Mendonça	Jaguariúna
24	Itapeceira da Serra	Coroados	Inúbia Paulista
25	Jundiaí	Turiúba	Mira Estrela
26	Osasco	Nova Luzitânia	Osvaldo Cruz
27	Ilha Solteira	Bananal	Jales
28	Campinas	Vitória Brasil	Valparaíso
29	Águas de São Pedro	Taguaí	Lourdes
30	Cubatão	Dirce Reis	Caiabu

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Os Grupos do IPRS e Dimensões: evolução no período 2000 a 2008

O IPRS, diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, é um índice relativo, isto é, seus parâmetros norteadores são definidos a partir dos próprios dados que lhe dão origem. Em outras palavras, as categorias – baixa, média e alta – que caracterizam os grupos de municípios são estabelecidas segundo a realidade dos 645 municípios, no ano em análise. Por exemplo, para um município ser classificado como de alta escolaridade, em 2000, a configuração dos componentes do indicador sintético de escolaridade minimamente desejável era representada pelo escore 47. Assim, todos os municípios que obtivessem, no mínimo, esse escore seriam considerados de alta escolaridade. Já em 2008, a distribuição dos municípios mostrou que, para alcançarem essa classificação, teriam que atingir o escore 71, e não mais 47. Esse novo valor indica que o cenário considerado bom em 2000 já havia sido superado por quase todas as localidades, em 2008, e as que se destacam em escolaridade já

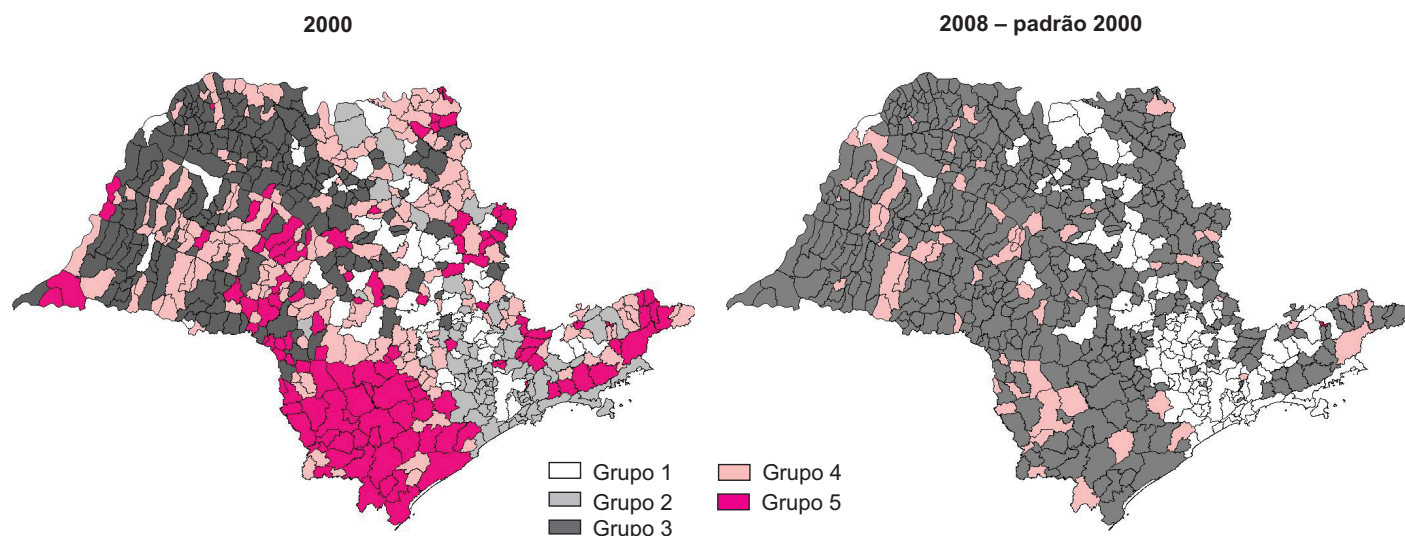
se distanciaram, em muito, dos níveis anteriores.

Caso a situação dos municípios não tivesse se alterado substancialmente no período estudado, os pontos de corte permaneceriam praticamente os mesmos. Da mesma forma, uma eventual deterioração da situação dos 645 municípios reduziria os pontos de corte. Isso ocorreu com o indicador de riqueza municipal no período 2000-2002, devido aos efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001, pois os níveis de consumo, em 2002, ainda se encontravam abaixo dos registrados em 2000.

Assim, realizando-se o exercício de manter os padrões de renda, escolaridade e longevidade de 2000¹ inalterados em 2008, observa-se que nenhum município seria classificado no Grupo 2, ou seja, localidades com bons níveis de riqueza e indicadores sociais insatisfatórios; 124 municípios estariam no Grupo 1; 455 no Grupo 3; 65 no Grupo 4 e apenas um se classificaria no Grupo 5 (o município de Potim) (Mapa 1).

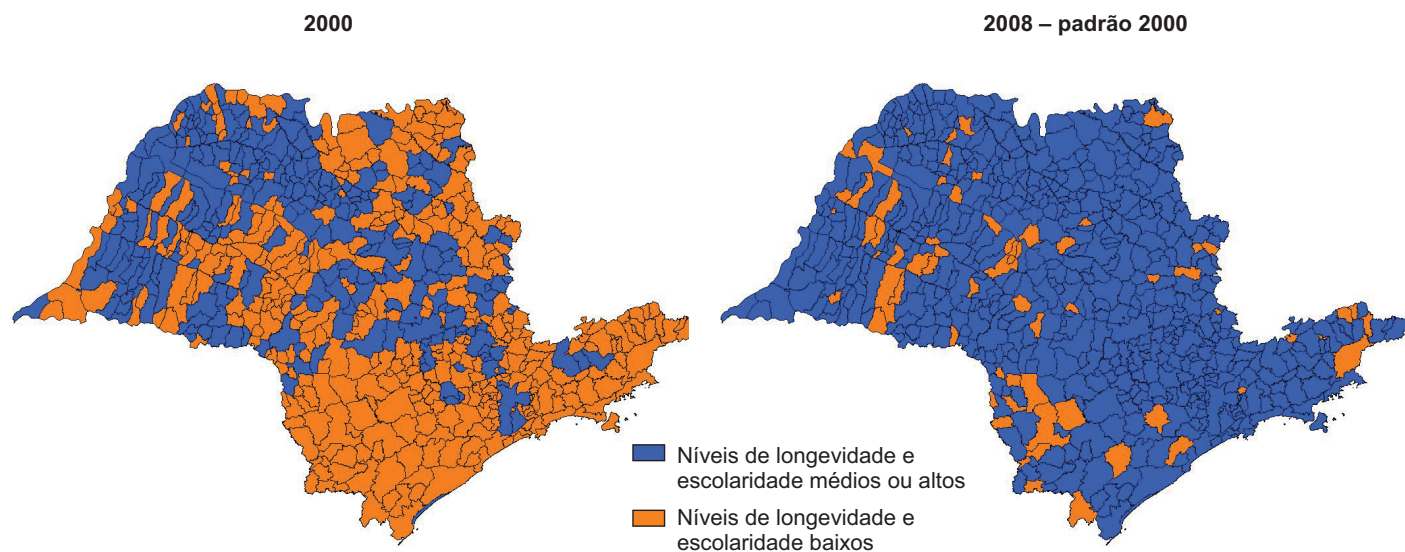
¹ Em 2000, os valores iguais ou superiores a 50 definiam níveis altos de riqueza municipal; em 2008, esse valor era 49 ou mais. Em escolaridade era considerado de nível baixo, em 2000, o município com pontuação até 41, de nível médio de 42 a 46 e de nível alto 47 e mais; em 2008, esses valores eram, respectivamente, 67, de 68 a 70 e 71 e mais. Já em longevidade, os valores para as categorias baixo, médio e alto correspondiam, em 2000, a até 64, 65 a 71 e 72 e mais e, em 2008, até 71, 72 a 73 e 74 e mais, respectivamente.

Mapa 1
Municípios segundo Grupos do IPRS
2000-2008



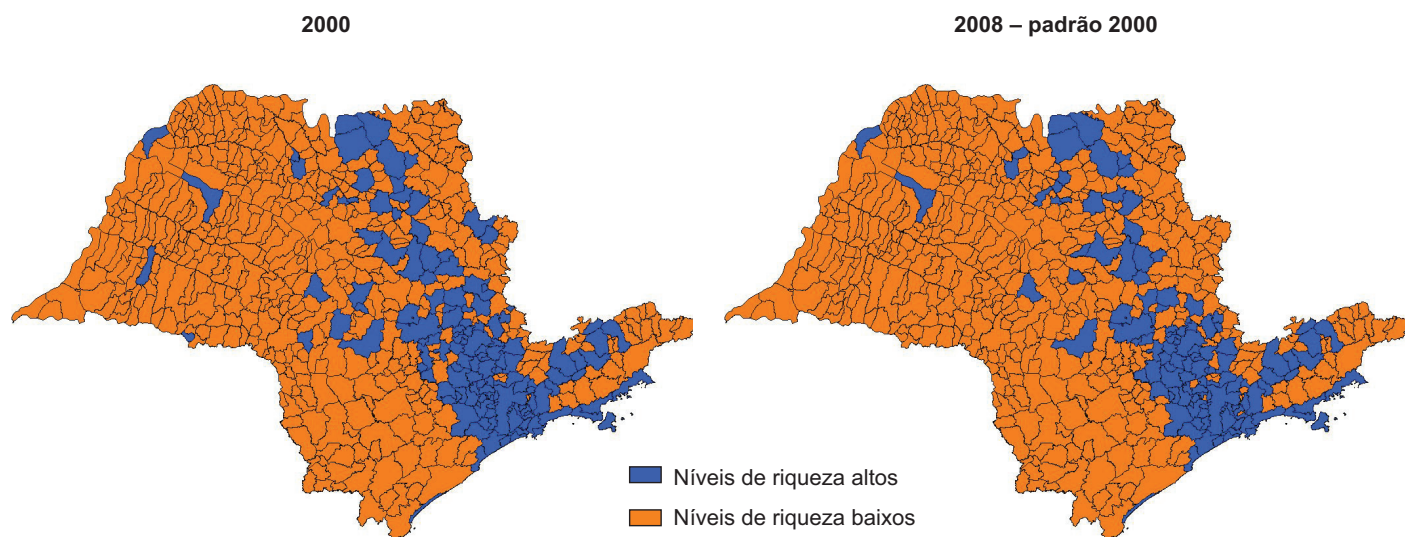
Os níveis de longevidade e escolaridade considerados deficientes pelo IPRS, no cenário de desenvolvimento humano municipal para 2000, já foram superados por 579 municípios (Grupos 1 e 3). Porém, 66 localidades, ainda não conseguiram atingir os níveis satisfatórios estabelecidos para essas dimensões em 2000. Ao longo da década, a quase totalidade dos 645 municípios do Estado avançou substantivamente nas dimensões sociais, com aumento da longevidade e escolaridade da população ali residente (Mapa 2).

Mapa 2
Municípios segundo indicadores sociais do IPRS
2000-2008



A dimensão riqueza municipal mantém-se concentrada nos históricos eixos de desenvolvimento do Estado – no entorno da Região Metropolitana de São Paulo e ao longo das Rodovias Anhangüera e Presidente Dutra. Nas regiões que abrigam municípios com nível de riqueza alto, não ocorreram mudanças significativas, isto é, não tem havido desconcentração da riqueza para outros municípios (Mapa 3).

Mapa 3
Municípios segundo níveis de riqueza municipal do IPRS
2000-2008



A constatação de que, em 2008, praticamente todos os municípios paulistas superaram os desafios propostos em 2000 nas dimensões sociais do IPRS, independentemente de seus níveis de riqueza, valida e reforça o paradigma do desenvolvimento humano,² o qual pressupõe que a renda é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões

necessárias à sua mensuração, tais como as condições de saúde e de educação das populações.

Da mesma forma, legitima-se a opção pela construção do IPRS baseado em parâmetros relativos, que considera em sua elaboração os avanços alcançados pelos municípios para melhorar as condições de vida de suas populações.

² Esse paradigma sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e adotado pelo IPRS.

